



NOTA TÉCNICA 08/2011

DATA: 8/07/11

ASSUNTO: Gestão Fiscal do Estado do Rio de Janeiro – Orçamento 2011

I – Conjuntura Econômica Brasileira.

De acordo com os dados divulgados pelo IBGE, o PIB registrou crescimento 1,3% na passagem do quarto trimestre de 2010 para o primeiro trimestre de 2011, na série livre de influências sazonais. Se comparado ao mesmo período de ano anterior, o PIB avançou 4,5%.

Segundo apreciação do PIB, realizada pelo Grupo de Análises e Previsões (GAP), do IPEA, pela ótica da oferta, enquanto o setor de serviços manteve o ritmo de crescimento dessazonalizado verificado nos períodos anteriores (1,1%), os setores da agropecuária e da indústria aceleraram, respectivamente, 3,3% e 2,2%. Pelo lado da demanda, em contrapartida, o crescimento foi puxado pelos investimentos, que registraram alta de 1,2% na margem, e o consumo das famílias cresceu apenas 0,6%.

É preciso ressaltar que a atividade econômica vem dando sinais de arrefecimento nos primeiros meses do segundo trimestre. Segundo a pesquisa Produção Industrial Mensal (PIM-PF), do IBGE, a indústria recuou de 2,1% em abril, refletindo não só os efeitos de um câmbio apreciado, como também o acúmulo indesejado do nível de estoques ocorrido durante o primeiro trimestre do ano.

O Estado do Rio de Janeiro, no entanto, destoou do quadro nacional de desaceleração, uma vez que a produção industrial avançou 2,5% em abril, com crescimento em nove dos doze setores investigados. Em maio, o crescimento foi de 0,8%.

No âmbito das finanças públicas, sabe-se que a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) da União, aprovada em agosto de 2010, fixara a meta de superávit primário do setor público consolidado (exclusive Petrobras e Eletrobrás) para 2011 em R\$ 125,5 bilhões – ou 3,3% de R\$ 3,9 trilhões, o Nominal (PIB nominal) previsto para 2011.

Neste contexto, espera-se que: i) a União contribua com R\$ 81,7 bilhões deste valor; ii) o superávit primário das empresas estatais federais (exclusive Petrobras e Eletrobrás) seja de R\$ 7,6 bilhões; e iii) que estados e municípios contribuam com R\$ 36,1 bilhões. Finalmente, a LDO admite a redução da referida meta em R\$ 32 bilhões desde que os recursos em questão sejam utilizados para financiar obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

De acordo com o Banco Central do Brasil (BCB), relativos aos meses de janeiro a abril de 2011, o superávit primário acumulado da União nos quatro primeiros meses do ano foi de R\$ 41,2 bilhões, enquanto o de estados e municípios atingiu R\$ 16,3 bilhões e o das empresas estatais federais foi essencialmente zero. Ou seja, em apenas quatro meses o governo já atingiu 46% da meta “cheia” de superávit primário para todo o ano de 2011 – sendo esta percentagem superior a 50% no caso do governo federal. Por conta disso, o governo federal sinaliza não haver necessidade de utilizar a sua prerrogativa legal de descontar R\$ 32 bilhões em obras do PAC da meta de superávit primário de 2011.

O bom desempenho recente das contas públicas brasileiras resulta principalmente do fato de que a arrecadação vem crescendo mais rapidamente que os gastos públicos primários. O mesmo vem ocorrendo com as contas fluminenses.

No que diz respeito à inflação, o IPCA variou em Junho 0,15%, contra 0,47% em Maio. Com isso, o resultado em 12 meses seguiu avançando e atingiu 6,70%. O Acumulado do ano já supera com folga o apurado no mesmo período de 2010 (3,87% contra 3,09%).

Diante da escalada da inflação, a política econômica nacional tem respondido com medidas de restrição ao crédito e aumento dos juros básicos, cujos principais efeitos recaem sobre os preços dos bens duráveis. A taxa básica de juros da economia já subiu em quatro oportunidades passando de 10,75% em janeiro para 12,25% em Junho.

II – Reestimativa das Receitas Ordinárias do Tesouro e Receitas das Participações Especiais do Petróleo

Esta nota visa apresentar a última estimativa de receitas, evidenciando os excessos de arrecadação, buscando a compatibilização das respectivas dotações e receita prevista, ambas por fonte de recursos.

Nesta primeira sessão é apresentada a atualização das estimativas de diversas receitas de competência do Tesouro Estadual. As reestimativas foram determinadas pelo desvio entre os valores realizados até junho de 2011 em relação à LOA, 1ª revisão de receita e a 2ª revisão de receita que estão ilustradas na Tabela 1 abaixo.

Tabela 1 - Reestimativa da Receita 2011 - Rubrica Orçamentária

R\$ Milhões

Receita	FR	RECEITA 2010 (A)	LOA 2011 (B)	Nota Técnica 01 (C)	Nota Técnica 07-A (D)	3ª REVISÃO (E)	Diferença (E-D)	Diferença (E-B)	Diferença % (E/A)
IRRF	00	1.491	1.478	1.580	1.580	1.613	32,3	134,3	8,1%
IPVA	00	1.417	1.565	1.490	1.579	1.579	-	14,1	11,4%
ITD	00	464	312	385	385	398	12,5	85,8	-14,3%
FECF	22	2.253	2.566	2.455	2.476	2.530	53,7	(36,2)	12,3%
ICMS	00	22.113	25.004	24.310	24.563	25.116	553,1	111,7	13,6%
Receita Financeira	01	239	116	116	153	169	16,4	53,5	-29,3%
FPE	06	745	965	809	901	916	15,0	(48,9)	22,9%
IPI	07	582	900	742	799	799	-	(101,3)	37,4%
Demais Transf. União	01	79	82	82	82	82	-	-	4,8%
Lei Kandir	07	86	86	86	86	86	-	0,0	0,0%
Multas e Juros		555	309	309	267	316	48,9	7,3	-43,1%
<i>M.J. Tributos</i>		257	103	103	202	251	48,9	148,8	-2,3%
00		245	97	97	195	244	48,9	147,1	-0,3%
01		-	-	-	0	0	-	0,0	-
22		12	5	5	7	7	-	1,8	-42,6%
<i>M.J. Div. Ativa</i>		295	205	204	63	63	-	(141,6)	-78,6%
00		283	199	199	57	57	-	(142,0)	-80,0%
01		12	6	6	6	6	-	-	-49,1%
22		1	0	0	1	1	-	0,4	7,6%
<i>M.J. Outros</i>		3	2	2	2	2	-	0,0	-45,2%
Dívida Ativa		657	322	323	202	202	-	(119,4)	-69,2%
00		589	312	312	184	184	-	(127,6)	-68,7%
01		65	9	9	16	16	-	6,9	-75,2%
22		3	1	1	2	2,0	-	1,4	-39,1%
Demais Receitas (Folha de Pagto)	01	16	34	34	773	773	-	739,1	4844,4%
Alienação de Outros bens Móveis	01	-	90	-	205	205	-	115,1	-
Dep. Judiciais tributários	90	6	100	40	40	40	-	(60,0)	528,4%
Ressarcimento de pessoal cedido	20	6	19	19	19	37	17,6	17,6	570,4%
Outros	01	466	93	93	84	81	(3,1)	(12,0)	-82,7%
Subtotal		31.195	34.041	32.874	34.195	34.942	746	901	12,0%
Royalties	04*	6.412	6.076	5.877	6.431	6.798	366,5	722,0	6,0%
10		2.758	2.176	2.119	2.200	2.238	38,0	61,4	-18,9%
26		3.654	3.899	3.758	4.232	4.560	328,5	660,6	24,8%
CIDE	26	90	102	102	102	102	-	-	12,9%
Total		37.697	40.219	38.852	40.728	41.842	1.113	1.623	11,0%

* A FR 04 inclui receita de FEP - Fundo Especial do Petróleo

1. **IRRF** – Reavaliado em mais R\$ 32,3 milhões ainda em linha com o aumento da folha de pagamento ao longo de 2011.
2. **ITD** - Crescimento de 12,5 milhões em relação a segunda revisão de receita. A reavaliação é inferior ao valor auferido em 2010, mas mesmo assim representa um crescimento de aproximadamente 12% se forem desconsiderados os valores extraordinários referente ao advento do REFIS (Lei 5.647/10), que gerou aproximadamente R\$109 milhões provenientes da regularização de débitos com o Estado.
3. **ICMS** – Reestimado R\$ 553,1 milhões a mais, em relação à segunda revisão. O ICMS cresceu até junho 14,60% nominal (R\$10,705 bilhões em 2010 para 12,268 bilhões em 2011). Essa alta teve como motivo, dentre outros, a retomada do crescimento econômico, o aprimoramento da fiscalização estadual, sem falar nas importações ascendentes por causa, principalmente do câmbio favorável e do aquecimento da indústria petrolífera e naval. O setor que mais contribuiu foi o terciário (comércio, serviços de telefonia, eletricidade e etc) que responde no ERJ por aproximadamente 68% da receita de ICMS. Este item de receita cresceu 10,4% no primeiro semestre de 2011 em relação ao mesmo período do ano passado (+ R\$798 milhões).

A análise do setor permite elucidar o seguinte: Os serviços de telecomunicações cresceram 10,8% no semestre (+R\$184 milhões) destacando-se a telefonia móvel celular com aumento de 11,9% no período (+R\$75,5 milhões). No setor de comércio, o atacado é o grupo com maior representatividade dentro do setor (56%) e cresceu de um ano para outro 14,5%. O total do comércio atacadista passou de R\$1,860 bilhão em 2010 para R\$2,129 em 2011. No comércio varejista a alta no semestre de 12,9%, destaques para o segmento de hipermercados (+11,7%), supermercados (+19%) e minimercados, mercearias e armazéns (+28%). O setor secundário da economia, com participação de 30,8% na arrecadação de ICMS subiu 3,6% (+R\$135 milhões). O principal motor do crescimento foi o grupo de bens de consumo com crescimento de 14,1% (+R\$387 milhões). Os bens de produção recuaram no semestre 31,6% (-R\$280,1 milhões). A chamada indústria de base cresceu 4,1% (+R\$12,5 milhões). A indústria de construção civil também apresentou alta (68,2% no ano) provavelmente em decorrência dos elevados níveis de investimento no Estado do Rio de Janeiro. A indústria de transformação acusou alta de 11,4% na arrecadação (+R\$365 milhões). Na cadeia produtiva, o desempenho da economia, novas ações de combate a sonegação e também, o fortalecimento da fiscalização, consolidaram o desempenho favorável em todo processo produtivo.

4. **FECP** – Reestimado em mais R\$ 53,7 milhões, representando 10,07% do total arrecadado pelo ICMS estimado nesta nota. Apesar do crescimento da arrecadação do Estado no período entre janeiro e junho de 2011 ter sido 13% superior a 2010, projetamos um crescimento de 12% para 2011. A projeção do incremento no Adicional do imposto levou em conta o desempenho dos setores de serviços de telefonia e energia elétrica mencionados anteriormente. Foram considerados os aumentos de tarifas das duas companhias de energia elétrica do Estado, que juntos representam em média 7,15%, no entanto, seus efeitos ainda não se fizeram presentes até o momento na arrecadação no primeiro semestre.

5. **Receita Financeira** – Reavaliada em mais R\$ 16,4 milhões, conforme projeção do Tesouro Estadual. Foram consideradas expectativas de: elevação contínua da taxa SELIC ao longo do ano (CDI, benchmark dos fundos) e melhor alocação de recursos (manejo de caixa).

6. **Royalties** – Reestimado em mais R\$ 366,5 milhões para o ano. Este aumento (acima da LOA em R\$ 722 milhões) se deve a elevação do preço do barril de petróleo no mercado internacional (+25,75% a previsão da LOA) que compensou a queda na produção de petróleo 6,37% e de gás natural 12,18% em relação ao que estava previsto pela ANP. Para os próximos meses é esperado que o valor do Brent seja algo próximo a US\$ 105 o barril e o câmbio a US\$ 1,60; conforme tabela 2.

Tabela 2: Parâmetros de Projeção das Participações Governamentais

Parâmetros	LOA 2011 (A)	Nota Técnica 01 (B)	Nota Técnica 07-A (C)	3ª Revisão (D)	(D/C) %
Brent (US\$/bbl)	83,50	86,00	90,00	105,00	16,67%
Câmbio (R\$/US\$)	1,83	1,70	1,65	1,60	-3,03%

Fonte: US Energy Information Administration (EIA) e relatório FOCUS (01/07/2011)

7. **FPE** – reestimados em mais R\$15 milhões em relação a última nota técnica. Foram tomados como base da análise, o desempenho favorável da economia nacional no primeiro semestre e os valores arrecadados até junho. A partir daqueles dados foram consideradas as perspectivas de repasse da União divulgadas pela STN (para julho e agosto) e ainda os estudos realizados pelo COTEPE/CONFAZ.

8. **Multas e Juros de Mora** – realizou-se nova avaliação prevendo a elevação de R\$ 48,9 milhões. A estimativa baseia-se no realizado até junho, que indicam ligeiro aumento até final do ano sobretudo nas multas e juros dos tributos.

9. **Ressarcimento de Pessoal Cedido das Demais Áreas (que não a área de Segurança)** – elevação em R\$ 17,6 milhões em relação a nota anterior, com objetivo de corrigir equívoco cometido no registro desta receita na FR 20 na rubrica de Outras Restituições 19229900.

III - Alocação das Dotações no Orçamento Anual vis-à-vis a Perspectiva de Arrecadação

A tabela a seguir apresenta a terceira revisão de receita detalhada por fonte de recursos.

A proposta da SEFAZ aponta uma receita estimada em R\$44,82 bilhões que, comparada ao valor disponível em julho (dotação atual menos contingenciado) aponta para um excesso total de R\$1,40 bilhão.

COMPARATIVO DOTAÇÃO DISPONÍVEL E PREVISÃO DE RECEITA POR FONTE

Em R\$

COMPARATIVO DE DESPESAS E RECEITAS POR FONTE					
FR	RECEITA PREVISTA (JULHO 2011) (A)	DOTAÇÃO ATUAL (JULHO 2011)	CONTINGENCIADO (JULHO 2011)	DISPONÍVEL (JULHO 2011) (B)	DIFERENÇA (A)-(B)
00	29.190.573.194	28.967.171.678	425.804.714	28.541.366.964	649.206.230
01	1.333.849.367	1.212.897.674	-	1.212.897.674	120.951.693
04	2.237.585.480	2.197.596.010	-	2.197.596.010	39.989.470
10*	4.560.022.262	3.899.440.638	-	3.899.440.638	660.581.624
05	349.536.075	352.465.831	-	352.465.831	(2.929.757)
06	916.000.000	964.860.188	9.950.960	954.909.228	(38.909.228)
07	884.842.650	986.155.579	37.869.632	948.285.947	(63.443.297)
15	2.459.542.824	2.482.630.286	84.214.805	2.398.415.481	61.127.343
20	36.960.006	19.404.000	-	19.404.000	17.556.006
21	161.765.153	220.000.000	-	220.000.000	(58.234.847)
22	2.539.640.755	2.572.333.771	108.243.901	2.464.089.870	75.550.885
26	102.740.704	102.114.632	-	102.114.632	626.072
90	40.197.008	100.157.024	-	100.157.024	(59.960.016)
95	3.242.215	3.780.000	-	3.780.000	(537.785)
TOTAL:	44.816.497.693	44.081.007.311	666.084.012	43.414.923.299	1.401.574.393

OBS: A FR 15 inclui o Retorno do FUNDEB e a Remuneração do mesmo.

*Parcela Rioprevidência

POSICÃO SIG - 08/07/2011

Deve-se ressaltar que estão incluídos na previsão da fonte 15 a remuneração do retorno do FUNDEB no valor de R\$25,80 milhões.

III – Alterações nas Despesas Vinculadas à Arrecadação

De acordo com a previsão de receita apontada nesta nota, verifica-se então, que grande parte desse excesso de arrecadação s.m.j. deverá ser alocado em despesas obrigatórias. A título de contribuição apresentamos abaixo tabelas com sugestões de alocações.

III. 1 – RIOPREVIDÊNCIA

De acordo com a estimativa de receita proveniente de royalties estabelecida nesta Nota Técnica, sugerimos que sejam alocados no Rioprevidência R\$660.581.624,00 a conta de abertura de excesso de arrecadação.

FR 10 - RIO PREVIDÊNCIA: SALDO R\$ 660.581.624,00		
ALOCÇÃO VINCULAÇÕES	VALOR	OBS
UO 1234 - RIO PREVIDÊNCIA	660.581.624	ABRIR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO FR 10
TOTAL DE COMPROMISSOS	660.581.624	

III. 2 – PASEP

Em R\$

PASEP					
PASEP	DESPESA PREVISTA (NOTA JULHO 2011) (A)	DOTAÇÃO ATUAL	CONTIGENCIADO	DISPONÍVEL (B)	DIFERENÇA = (B) - (A)
FR 00	269.142.854	261.989.913	-	261.989.913	(7.152.941)
FR 01	13.338.494	13.194.124	-	13.194.124	(144.370)
FR 04	66.869.097	61.569.317	-	61.569.317	(5.299.780)
FR 06	9.160.000	9.010.181	-	9.010.181	(149.819)
FR 07	5.480.874	6.849.468	-	6.849.468	1.368.594
FR 26	772.120	-	-	-	(772.120)
TOTAL GERAL	364.763.440	352.613.003	-	352.613.003	(12.150.437)

Cabe destacar que houve mudanças nas alocações por FR em função da adoção de nova metodologia de previsão. No PASEP há necessidade de suplementar em R\$12.150.437.

III.3 – Índice da Saúde

Em R\$

SAÚDE					
SAÚDE	DESPESA PREVISTA (NOTA JULHO 2011) (A)	DOTAÇÃO ATUAL	CONTIGENCIADO	DISPONÍVEL (B)	DIFERENÇA = (B) - (A)
TOTAL	3.137.004.218	3.129.456.058	59.786.199	3.069.669.859	(67.334.359)
TOTAL GERAL	3.137.004.218	3.129.456.058	59.786.199	3.069.669.859	(67.334.359)

Na tabela acima podem ser verificadas as diferenças, a serem corrigidas. Note-se que há uma despesa prevista maior que o valor disponível em julho. Desta forma, aponta-se a necessidade de descontingenciar R\$59,79 e suplementar R\$7,55 milhões.

III.4 - Transferências aos Municípios

Em R\$

TRANSFERÊNCIA AOS MUNICÍPIOS					
TRANSFERÊNCIA AOS MUNICÍPIOS	DESPESA PREVISTA (NOTA JULHO 2011) (A)	DOTAÇÃO ATUAL	CONTIGENCIADO	DISPONÍVEL (B)	DIFERENÇA = (B) - (A)
FR 00	7.192.242.776	7.130.113.408	6.384.051	7.123.729.357	(68.513.419)
FR 04	337.724.201	320.782.167	-	320.782.167	(16.942.034)
FR 07	199.750.000	222.343.070	22.645.120	199.697.950	(52.050)
FR 26	25.528.658	25.528.658	-	25.528.658	(0)
TOTAL:	7.755.245.635	7.698.767.303	29.029.171	7.669.738.132	(85.507.503)

A previsão para o dispêndio com o PT dos municípios totaliza R\$ 7,76 bilhões, ou seja, superior ao valor disponível em R\$85,51 milhões. Sendo assim, há necessidade de descontingenciar as FRs 00 e 07, e suplementar em R\$56,48 milhões conforme valores apontados na tabela acima.

III.5 – Índice da Educação

Em R\$

EDUCAÇÃO E FUNDEB					
EDUCAÇÃO E FUNDEB	DESPESA PREVISTA (NOTA JULHO 2011) (A)	DOTAÇÃO ATUAL	CONTINGENCIADO	DISPONÍVEL (B)	DIFERENÇA = (B) - (A)
PERDA LÍQUIDA	1.945.434.852	1.917.394.302	12.226.128	1.905.168.174	(40.266.678)
FR 00	1.803.184.846	1.729.001.141	-	1.729.001.141	(74.183.705)
FR 06	81.385.937	116.555.287	6.385.080	110.170.207	28.784.270
FR 07	60.864.070	71.837.874	5.841.048	65.996.826	5.132.756
RETORNO	2.433.745.126	2.425.644.697	39.697.626	2.385.947.071	(47.798.055)
FR 00	2.255.789.920	2.271.684.786	26.748.282	2.244.936.504	(10.853.416)
FR 06	101.814.063	73.599.291	3.565.880	70.033.411	(31.780.652)
FR 07	76.141.143	80.360.620	9.383.464	70.977.156	(5.163.987)
DEMAIS	2.156.262.661	2.166.247.845	47.688.809	2.118.559.036	(37.703.625)
TOTAL GERAL	6.535.442.639	6.509.286.844	99.612.563	6.409.674.281	(125.768.358)

A tabela acima apresenta o impacto estimado da reavaliação de receita nas despesas com educação. No total de recursos repassados a função Educação a receita ficou acima R\$125,77 milhões do valor disponível. Há necessidade de descontingenciar R\$99,61 milhões e suplementar em R\$ 26,16 milhões conforme indicado na previamente.

III. 6 – FAPERJ, FECAM, FAF E FEHIS

A FAPERJ, FECAM, FAF E FEHIS têm necessidade de se ajustar os valores disponíveis conforme a legislação em vigor, dessa forma apresenta-se as tabelas abaixo.

Em R\$

FAPERJ					
FAPERJ	DESPESA PREVISTA (NOTA JULHO 2011) (A)	DOTAÇÃO ATUAL	CONTINGENCIADO	DISPONÍVEL (B)	DIFERENÇA = (B) - (A)
TOTAL GERAL	310.057.557	309.591.438	6.465.843	303.125.595	(6.931.962)

Em R\$

FECAM					
FECAM	DESPESA PREVISTA (NOTA JULHO 2011) (A)	DOTAÇÃO ATUAL	CONTINGENCIADO	DISPONÍVEL (B)	DIFERENÇA = (B) - (A)
TOTAL GERAL	323.666.296	305.918.640	-	305.918.640	(17.747.656)

Em R\$

FEHIS					
FEHIS	DESPESA PREVISTA (NOTA JULHO 2011) (A)	DOTAÇÃO ATUAL	CONTINGENCIADO	DISPONÍVEL (B)	DIFERENÇA = (B) - (A)
TOTAL GERAL	253.964.076	274.634.927	108.243.901	166.391.026	(87.573.050)

Em R\$

FAF					
FAF	DESPESA PREVISTA (NOTA JULHO 2011) (A)	DOTAÇÃO ATUAL	CONTINGENCIADO	DISPONÍVEL (B)	DIFERENÇA = (B) - (A)
TOTAL GERAL	238.986.318	189.992.813	10.551.140	179.441.673	(59.544.645)

IV – Recomendações

A Tabela abaixo apresenta as sugestões de alterações orçamentárias, considerando a necessidade de alocação do excesso de arrecadação nas vinculações constitucionais e déficits/saldos apurados por fonte, conforme revisão de receita desta Nota Técnica

1. FR 00

FR 00: SALDO R\$649.206.230,00

ALOCÇÃO VINCULAÇÕES	VALOR	OBS
SAÚDE	59.786.199	DESCONTIGENCIAR FR 00
	7.548.160	ABRIR EXCESSO DE ARRECAÇÃO FR 00
EDUCAÇÃO - PERDA LÍQUIDA FUNDEB	74.183.705	ABRIR EXCESSO DE ARRECAÇÃO FR 00
EDUCAÇÃO - RETORNO FUNDEB	10.853.416	DESCONTIGENCIAR FR 00
EDUCAÇÃO - DEMAIS	37.703.625	DESCONTIGENCIAR FR 00
TRANSFERÊNCIAS AOS MUNICÍPIOS	6.384.051	DESCONTIGENCIAR FR 00
	62.129.368	ABRIR EXCESSO DE ARRECAÇÃO FR 00
FAPERJ	6.465.843	DESCONTIGENCIAR FR 00
	466.119	ABRIR EXCESSO DE ARRECAÇÃO FR 00
FAF	10.551.140	DESCONTIGENCIAR FR 00
	48.993.505	ABRIR EXCESSO DE ARRECAÇÃO FR 00
PASEP	7.152.941	ABRIR EXCESSO DE ARRECAÇÃO FR 00
SOMA DE COMPROMISSOS	332.218.071	
ALOCÇÃO LIVRE FR 00	294.060.440	DESCONTIGENCIAR FR 00
	22.927.718	ABRIR EXCESSO DE ARRECAÇÃO FR 00
TOTAL	649.206.230	

2. FR 01

FR 01: SALDO R\$ 120.951.693,000

ALOCÇÃO VINCULAÇÕES	VALOR	OBS
PASEP	144.370	ABRIR EXCESSO DE ARRECAÇÃO FR 01
OUTROS AJUSTES	VALOR	OBS
PT 0003 - GESTÃO DA DÍVIDA INTERNA - REFINANCIADA - FR 06	42.055.429	*COMPLEMENTAR DOTAÇÃO NA DÍVIDA (DECORRENTE DE DÉFICIT DE FR 06)
PT 0003 - GESTÃO DA DÍVIDA INTERNA - REFINANCIADA - FR 07	62.157.984	*COMPLEMENTAR DOTAÇÃO NA DÍVIDA (DECORRENTE DE DÉFICIT DE FR 07)
TOTAL DE COMPROMISSOS	104.357.783	
ALOCÇÃO LIVRE FR 01	16.593.910	EXCESSO DE ARRECAÇÃO

3. FR 04

FR 04: SALDO R\$39.989.470,00

ALOCÇÃO VINCULAÇÕES	VALOR	OBS
TRANSFERÊNCIAS AOS MUNICÍPIOS	16.942.034	ABRIR EXCESSO DE ARRECAÇÃO FR 04
FECAM	17.747.656	ABRIR EXCESSO DE ARRECAÇÃO FR 04
PASEP	5.299.780	ABRIR EXCESSO DE ARRECAÇÃO FR 04
TOTAL DE COMPROMISSOS	39.989.470	

4. FR 05

FR 05: DÉFICIT R\$2.929.757,00

ALOCÇÃO VINCULAÇÕES	VALOR	OBS
EDUCAÇÃO - DEMAIS	(2.929.757)	CONTINGENCIAR FR 05
TOTAL DE COMPROMISSOS	(2.929.757)	

5. FR 06

FR 06: DÉFICIT R\$38.909.228,00

ALOCÇÃO VINCULAÇÕES	VALOR	OBS
EDUCAÇÃO - PERDA LÍQUIDA FUNDEB	(28.784.270)	CANCELAR DOTAÇÃO PARA COMPENSAÇÃO NO PT DE RETORNO
EDUCAÇÃO - RETORNO FUNDEB	2.996.382	DESCONTINGENCIAR FR 06
	28.784.270	REMANEJAR DOTAÇÃO DE FR 06 DA PERDA LÍQUIDA
PASEP	149.819	ALOCAR RECURSOS NA FR 06 (REMANEJAR PT DA DÍVIDA)
TOTAL DE COMPROMISSOS	3.146.201	

OUTROS AJUSTES	VALOR	OBS
PT 0003 - GESTÃO DA DÍVIDA INTERNA-REFINANCIADA	(42.055.429)	*CONTINGENCIAR DOTAÇÃO NO PT DA DÍVIDA (A SER COMPENSADA COM FR 00 OU FR 01)

6. FR 07

FR 07: DÉFICIT R\$63.443.297,00

ALOCÇÃO VINCULAÇÕES	VALOR	OBS
EDUCAÇÃO - PERDA LÍQUIDA FUNDEB	(5.132.756)	CANCELAR DOTAÇÃO PARA COMPENSAÇÃO NO PT DE RETORNO
EDUCAÇÃO - RETORNO FUNDEB	5.132.756	REMANEJAR DOTAÇÃO DE FR 07 DA PERDA LÍQUIDA
	31.231	DESCONTINGENCIAR FR 07
TRANSFERÊNCIAS AOS MUNICÍPIOS	52.050	DESCONTINGENCIAR FR 07
PASEP	(1.368.594)	CONTINGENCIAR FR 07
TOTAL DE COMPROMISSOS	(1.285.313)	

OUTROS AJUSTES	VALOR	OBS
PT 0003 - GESTÃO DA DÍVIDA INTERNA-REFINANCIADA	(62.157.984)	*CONTINGENCIAR DOTAÇÃO NO PT DA DÍVIDA (A SER COMPENSADA COM FR 00 OU FR 01)

7. FR10

FR 10 - RIO PREVIDÊNCIA: SALDO R\$ 660.581.624,00

ALOCÇÃO VINCULAÇÕES	VALOR	OBS
UO 1234 - RIO PREVIDÊNCIA	660.581.624	ABRIR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO FR 10
TOTAL DE COMPROMISSOS	660.581.624	

8. FR 15

FR 15: SALDO R\$61.127.343,00

ALOCÇÃO VINCULAÇÕES	VALOR	OBS
SEEDUC	61.127.343	DESCONTIGENCIAR FR 15
TOTAL DE COMPROMISSOS	61.127.343	

9. FR 22

FR 22: SALDO R\$75.550.885,00

ALOCÇÃO VINCULAÇÕES	VALOR	OBS
FEHIS	75.550.885	DESCONTIGENCIAR FR 22
TOTAL DE COMPROMISSOS	75.550.885	

OUTROS AJUSTES	VALOR	OBS
FEHIS	12.022.165	COMPLEMENTAR DISPONIBILIDADE DO FEHIS POR CANCELAMENTO DE DOTAÇÃO

10. FR 26

FR 26: SALDO R\$626.072,00

ALOCÇÃO VINCULAÇÕES	VALOR	OBS
PASEP	626.072	COMPLEMENTAR DOTAÇÃO FR 26 (ABRIR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO)
TOTAL	626.072	
OUTROS AJUSTES	VALOR	OBS
PASEP FR 26	(146.048)	COMPLEMENTAR DISPONIBILIDADE DO PASEP FR 26 POR CANCELAMENTO DE DOTAÇÃO

V – Conclusões

A presente nota avaliou a receita a partir do valor realizado até junho/2011 sob a luz das perspectivas da economia e da fiscalização tributária. Procurou, a título de colaboração com a SEPLAG, apresentar sugestões de alocações de recursos relativos às despesas obrigatórias, índices constitucionais e dos Encargos Gerais da SEFAZ.

Fernanda Stiebler
Assessora de Programação Financeira

Daniela de Melo Faria
Coordenadora de Programação Financeira

Renata Gomes Rimes de Almeida
Coordenadora de Relações Federativas e Transparência Fiscal

George Santoro
Subsecretário de Política Fiscal